

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1003306-81.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Práticas Abusivas**
 Requerente: **Zelia Carla de Aquino**
 Requerido: **'Banco do Brasil S/A**

Justiça Gratuita

ZELIA CARLA DE AQUINO ajuizou ação contra **'BANCO DO BRASIL S/A**, pedindo a restituição da importância de R\$ 4.091,14 deduzida de sua conta corrente, a imposição de obrigação de não fazer, no sentido de abster-se de retenção de valor na conta, e indenização por dano moral. Alegou, para tanto, que tinha um contrato de financiamento perante o réu, com o pagamento de parcelas mensais de 796,68, e ficou sem rendimentos por quatro meses, no período de junho a setembro de 2016, o que motivou a renegociação do saldo devedor para cinquenta e cinco parcelas de R\$ 465,00, a primeira com vencimento para 7 de fevereiro de 2017. Foi surpreendida agora, em fevereiro transato, com a informação do banco, de que o segundo financiamento fora extinto e que deveria quitar sua dívida a partir de outubro de 2016, o que acarretou a apreensão de valores em sua conta.

Deferiu-se tutela de urgência.

Citado, o réu contestou os pedidos (págs. 73/86), alegando que a falta de cumprimento pela autora, do segundo financiamento, acarretou o ressurgimento da dívida pelo valor original, inexistindo, por isso, responsabilidade civil do banco ou dever de indenizar.

Embora intimada, a autora não se manifestou a respeito.

É o relatório.**Fundamento e decido.**

Havia uma operação de crédito com pagamento ajustado em noventa e seis parcelas de R\$ 796,68 cada. Houve renegociação, mas a parcela 11, vencida em 7 de dezembro de 2017, deixou de ser paga, aliás foi paga em 8 de janeiro de 2018, o que acarretou a cobrança da dívida pelo valor original (fls. 75).

Note-se que o réu reconheceu o pagamento da parcela 11, em 8 de janeiro de 2018, embora vencida em 7 de dezembro de 2017. Tal pagamento ocorreu dois dias após o limite, 6 de janeiro (fls. 75). Ainda assim, ao receber o valor, o réu sinalizou para a autora interessar-lhe manter o contrato de renegociação pois, em caso diverso, recusaria o recebimento. Aliás, não consta dos autos documento firmado pela autora, com essa cláusula para a renegociação, reproduzida parcialmente em pág. 75.

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Portanto, os valores descontados acima do montante mensalmente devido devem ser restituídos para a autora, desde logo, pois dizem respeito à subsistência (tutela de urgência agora concedida).

É inegável o dissabor sofrido pela autora, o desassossego, por ficar sem uma parte de sua renda mensal, indevidamente apropriada pelo banco, a pretexto de, unilateralmente, creditar-se por uma dívida renegociada. Tal fato não se equipara a simples aborrecimento do dia a dia e justifica a concessão de verba indenizatória pelo dano moral causada, ainda que arbitrado com moderação, em R\$ 5.000,00, sem produzir enriquecimento indevido e capaz de, em certa medida, punir o ofensor. Os R\$ 10.000,00 pretendidos constituiriam exagero.

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno o réu, **BANCO DO BRASIL S. A.**, a manter o contrato de renegociação de dívida firmado com a autora, **ZÉLIA CARLA DE AQUINO ARAÚJO**, com a manutenção das prestações mensais de R\$ 465,00, com a obrigação de repor para ela, de imediato, pois defiro a tutela de urgência, os valores descontados em quantia superior a isso, com correção monetária e juros moratórios, além de pagar-lhe a título indenizatória a importância de R\$ 5.000,00, com correção monetária a partir desta data e juros moratórios contados da época da citação inicial.

Vencido na quase totalidade dos pedidos, responderá o réu pelo pagamento das custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor resultante da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 15 de outubro de 2018.



Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA